

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POSSIBILIDADES E LIMITES

Marta Estela Borgmann¹

Luciane Post²

RESUMO: Neste trabalho discutiremos algumas questões referentes à inclusão escolar. Descreveremos anseios e angústias dos atores deste processo: diretores, professores e funcionários. Refletiremos sobre este tema à luz da teoria, partindo do pensamento de alguns autores que defendem veementes a idéia de que alunos com necessidades educativas especiais devam estar inclusos nas salas de aula do ensino regular, visto que este direito de acesso e permanência à educação é garantido em lei, portanto deve ser respeitada e colocada em prática. Levando em consideração o que foi exposto, identificaremos algumas estratégias que a escola poderá desenvolver para efetivamente incluir sujeitos com necessidades educativas especiais.

PALAVRAS-CHAVES: inclusão, necessidades educacionais especiais, adaptação curricular

1

2

ABSTRACT: In this work we will discuss some referring subjects to the inclusion, as it is happening, if processing in the school ambit, as well as to describe some longings and the actors' of this process anguishes: directors, teachers and employees. To contemplate on this theme to the light of the theory, leaving of the thought of some authors that defend vehement that students with special educational needs should be included in the rooms of class of the regular teaching, because this access right and permanence to the education are guaranteed in law, therefore it should be respected and placed in practice. Taking in consideration that it was exposed, identified some strategies that the regular school can develop for indeed to include subject with special educational needs.

KEY-WORDS: inclusion, person with special educational needs and adaptations curricular.

Como pensar a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no âmbito social e educacional?

O objetivo deste texto é refletir exatamente sobre este desafio, agora proposto à Escola de Educação Básica e a Educação Superior, de pensar na inclusão escolar de pessoas com paralisia cerebral, deficiência mental, com limitações sensoriais ou neurológicas, altas habilidades, etc. Como proporcionar, no espaço e no tempo escolar um conhecimento para todas as pessoas, quaisquer que sejam suas condições físicas, sociais, de saúde ou relacionais? Para isso, é necessário repensarmos o modo de funcionamento institucional, que por muito tempo e ainda hoje é pautado na lógica da exclusão.

Quais são os desafios, as mudanças de hábitos, as reformulações pedagógicas necessárias?

Estas são as questões que pretendemos desenvolver, segundo a análise dos dados que viemos coletando no ano de 2003 com o projeto de pesquisa de iniciação científica PIIC/URI. A pesquisa se propunha investigar os professores sobre suas angústias e anseios em relação a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE) na rede regular de ensino, mais precisamente nas escolas municipais de

Frederico Westphalen, para assim identificar quais as estratégias que efetivamente podem ser desenvolvidas para incluir estes sujeitos, em específico, na instituição escolar. Adotou-se como procedimento metodológico básico para coleta de dados as entrevistas semi estruturadas para os diretores e coordenadores pedagógicos e questionário aberto para os professores, posteriormente serão organizadas propostas para indicar as possíveis modificações e, através delas promover as discussões e alternativas de adaptações nos currículos escolares.

É difícil e complicado falar em inclusão, numa sociedade que historicamente exclui os pobres, índios, negros, mulheres, deficientes, ou seja, todo aquele que é indesejável, cuja presença “ofende”, “perturba” e “ameaça” a ordem social, desse modo convivemos com altos índices de desigualdades sociais ficando fácil compreender que o sistema educacional seja reflexo dessas condições, levando em consideração também que o ensino tradicional ainda perdura em nossas escolas, negando a essência do ser humano que é sua socialização, trocas e envolvimento com o outro.

Quando falamos em necessidades educacionais especiais estamos contrapondo esta situação, pois significa pensar que este aluno ao longo da sua escolarização, exige atenção mais específica e maiores recursos educacionais disponíveis para dar respostas a sua necessidade de aprendizagem, portanto como diz Coll, Palácios, Marchesi(1995,p.307):

A escola tem que se flexibilizar para que possa acolher uma diversidade de alunos com diferentes interesses, motivações e capacidades de aprender. Em suma, é a escola que deve adaptar-se à criança e não o contrário, como ocorreu até agora.

Para dar respostas às necessidades específicas de cada um, faz-se necessário pensar num ensino que inclua a todos, independentemente de seu talento, dificuldade, deficiência e origem cultural, portanto este tipo de ensino é um desafio para as escolas, pois tem como princípio a igualdade de direitos em termos de acesso, ingresso e permanência.

A necessidade de descortinar limites e possibilidades para a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais se faz desde 1996 com a Lei de Diretrizes e Base nº 9394, quando traz em seu art.58 que as

peessoas com necessidades educacionais especiais, devem, quando possível estar preferencialmente no ensino regular, e desta data então, surge a necessidade de criar estratégias e adaptações ao currículo escolar. Com base neste fundamento é que surgiu o interesse de pesquisar e sua importância se reveste na falta de instrumentais teóricos a respeito dos problemas que os professores encontram nas escolas com alunos que possuem deficiência mental, física e sensorial. É fundamental refletir sobre isso, procurar saber e tomar uma posição sobre o que pode estar definindo as características de nosso trabalho, enquanto educadores.

Pode-se dizer que esta discussão mais ampla sobre inclusão, fundada na movimentação histórica decorrente das lutas pelos direitos humanos, não mais se constitui numa novidade, se leva em consideração que tais princípios já vêm sendo veiculados em forma de Declarações e diretrizes políticas pelo menos desde 1948, quando da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Como cuidar, integrar, reconhecer, relacionar-se com crianças (e pessoas de um modo geral) com necessidades especiais e que, por isso, diferenciam-se ou utilizam recursos diferentes dos normalmente conhecidos ou utilizados? Essa tarefa estava, antes, restrita à família ou a alguma pessoa que, por alguma razão, assumisse esse papel, bem como às instituições públicas (hospitais, asilos, escolas especiais etc.), especialmente dedicadas e especializadas nesta área

No que tange à escolarização destes sujeitos, ao longo da história da Educação, procurou-se instalar escolas especiais denominadas diferenciais, onde a grande quantidade de crianças com problemas de desenvolvimento, que não tinham espaço no sistema educacional, encontrassem um lugar. A existência das escolas especiais, gerou, por sua vez, uma barreira que acabou dificultando o ingresso dessas crianças nas escolas regulares, o que acabou também indicando para encaminhamento à escola especial, qualquer aspecto externo ou do rendimento cognitivo que as crianças apresentassem.

Poderíamos, inclusive apontar, que geralmente ao ser criada uma classe especial, cria-se conseqüentemente a exclusão de crianças com os mais variados déficits . Crianças estas, que acabam sendo classificadas na

categoria crianças com necessidades especiais.

Surge então, a necessidade de uma escola como um lugar de transformação e eliminação das desigualdades, de exercício da diferença, onde todas as crianças sejam portadoras de necessidades especiais e todos os professores sejam educadores também especiais. Uma escola onde a inclusão seja para todos.

Segundo Meira (2001), uma escola inclusiva supõe que as diferenças sejam parte de seus estatutos. Que o espaço arquitetônico esteja construído de forma que uma criança portadora de paralisia cerebral possa se locomover, em cadeira de rodas com autonomia. Que os conteúdos pedagógicos levem em conta as diferentes possibilidades de construção de aprendizagem que diferentes crianças possam levar a termo.(...) Não se trata de, entrando na escola, apagar as diferenças e supor que as crianças com necessidades especiais deverão atender as demandas escolares da mesma forma que seus colegas que não apresentam dificuldades. Este é o desafio que os professores devem se propor a enfrentar : o de considerar que a homogeneidade é ilusória, e que estas crianças deverão ser demandadas a partir do estágio em que se encontram, sem que se funde o mito de que são todas iguais.

Sabemos, no entanto, que o atual currículo dos cursos de formação de professores não é satisfatório para torná-los capazes de atuar também, com alunos que apresentam necessidades especiais incluídos nas classes comuns de ensino regular.

A partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais (Espanha, 1994) e com base nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, conforme parecer nº 17/2001, aprovado em 03.07.2001, fica ressaltada a idéia de que “todas as crianças, sempre que possível, possam aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças... as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo apoio adicional necessário para garantir uma educação eficaz... deverá ser dispensado apoio contínuo, desde ajuda mínima nas classes comuns até a aplicação de programas suplementares de apoio pedagógico na escola, ampliando-os quando necessário, para receber a ajuda de professores especializados e de pessoal de apoio

externo”.

Com isto, percebemos a necessidade cada vez maior de pensarmos numa formação para o educador, que dê conta da diversidade, pois é necessário oferecer-lhe condições de perceber os inúmeros contextos que a criança está inserida e principalmente as necessidades educacionais especiais que apresentam. Uma pedagogia centralizada na criança, respeitando as diferenças de todos os alunos, para dar respostas às suas necessidades educacionais.

Os professores devem, no que for possível, principalmente identificar estas necessidades especiais para definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas.

Cabendo desta forma à escola, ao viabilizar a inclusão de alunos com necessidades especiais, promover a organização de classes comuns e de serviços de apoio pedagógico especializado e somente extraordinariamente, promover a organização de classes especiais para atendimento em caráter transitório, quando possuir pessoas com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no seu desenvolvimento.

Deve oferecer um ensino de qualidade a seus alunos, atendendo as peculiaridades de cada um, reagindo à diversidade com medidas que levem à inclusão, tanto na sua organização pedagógica, como administrativa, buscando ferramentas de adaptação para abordar da melhor maneira possível a formação de uma geração cujo perfil é baseado na heterogeneidade e nas diferenças.

A definição de um ensino de qualidade parte dos critérios estabelecidos por trabalhos pedagógicos, que implicam na formação de saberes e de relações para se chegar ao conhecimento, através de adaptações que possam também ser aproveitadas por todos indiscriminadamente.

Professores e alunos, em diferentes espaços buscam construir práticas de inclusão.. E como olhamos para este outro que se mostra na sua diferença?

Partindo deste pressuposto que nos reportamos, a ouvir o que os professores têm a dizer sobre este sujeito, embora saibamos que sempre é necessário também dar voz ao próprio sujeito, Com as investigações que estão sendo feitas, todas as escolas observadas sabem que é garantido por lei o acesso e a inclusão de todos à educação, mas de certa forma não dão condições para a permanência destes nas escolas, e quando falamos em permanência nos remetemos a pensar na qualidade de ensino. Quanto à opinião sobre a inclusão, os diretores afirmam que: “a idéia da inclusão é maravilhosa, porém não estamos preparados, enquanto professores... não os conhecemos suficientemente”. Por não conhecê-los dificulta o trabalho com os mesmos e conforme Amaral (1994, p. 18) “é importante sublinhar que o desconhecimento é a matéria prima para a perpetuação das atitudes preconceituosas e das leituras estereotipadas da deficiência (o deficiente é mau, sofredor...)”. Destacamos ainda o dizer de que “é necessária a inclusão para que o educando consiga socializar-se e ao mesmo tempo construir o seu conhecimento”. Já é clara a idéia da importância da socialização, mas pouco se tem feito quanto a isto.

“Estamos abertos para a inclusão e preocupados com a integração de todos os alunos”.

Deve se ter bem clara a diferença entre integração e inclusão, a integração é parcial, porque o sistema provê serviços educacionais segregados, já a inclusão prevê a inserção escolar de forma radical e completa, em que todos os alunos, devem freqüentar as salas de aula do ensino regular. Mantoan (2003) diz que

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. (p.24)

Portanto, a inclusão como prioridade da educação ou escola para TODOS (na opinião dos diretores) “está longe de acontecer” (sic), precisa-se de escolas mais abertas para a mudança e profissionais conscientes de

seu papel e para isto planeja-se a discussão de vários temas relacionados ao dia-a-dia escolar, “escola da rede Municipal, busca-se junto à mantenedora a viabilização da saída dos professores para formação em suas áreas”(sic).A escola infelizmente não desfruta da autonomia que possui para tomar algumas decisões, acaba por esperar ordens no caso aqui mencionado a Secretaria Municipal de Educação tendo por função exclusiva apenas a execução.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um ponto de grande importância que fazemos referência, e questionamos se este contempla a diversidade.

“Acredito que contempla a diversidade cultural, porém não trata sobre portadores de necessidades especiais” (sic).

Nos remetemos pensar em primeira instância sobre o conceito do Projeto Político Pedagógico. É através deste que planejamos o que queremos fazer e realizar, é uma ação intencional, com um compromisso definido coletivamente. Segundo Veiga (2003) o projeto “é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade”, e “pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de contribuírem seus propósitos e sua intencionalidade.” (p.13)

Em linhas gerais é o PPP que irá definir o perfil da escola, portanto este deve necessariamente demonstrar a concepção de infância, tipo de metodologia, a abertura à diversidade de educandos (considerados hoje excluídos do sistema educacional – pobres, negros, índios, portadores de necessidades educacionais especiais...), pois se não nos reportarmos sobre estes no PPP não se quer ou não se anseia pela inclusão, é importante que todos participem de sua construção, partindo de princípios como: igualdade de condições para acesso e permanência, qualidade para todos, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério. A construção deste é um instrumento de luta e a escola deve buscar a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade, assumindo totalmente esta responsabilidade.

Adaptações curriculares são modificações realizadas para dar respostas às necessidades de cada aluno, e deste modo, encontramos contradição.

“Sempre que o currículo não se adapta a realidade, fazemos modificações, democraticamente, repensamos, adaptamos conteúdos e repensamos a avaliação” (sic).

“É priorizado por meio do PPP, que é reformulado no início de cada ano, no que é atribuição da escola. Porém quando implica mudanças curriculares deverão ser de iniciativa da mantenedora” (sic).

Em nosso contexto escolar, as decisões curriculares básicas sobre o “que”, “como” e “quando” ensinar e avaliar, têm sido tomadas por administrações educacionais, restando à escola e aos professores uma determinada margem de adaptação das propostas curriculares, isso faz com que as características e necessidades dificilmente coincidam com os grupos de alunos de cada escola.

Coll, Palácios e Marchesi (1995) apontam algumas vantagens e inconvenientes que podem ocorrer, quando se opera com base em currículos fechados ou abertos:

Currículos fechados podem ser utilizados com comodidade pelo professor, dado que pode aplicá-los sem problemas excessivos, limitando-se a seguir, passo a passo, as indicações. Seus maiores inconvenientes residem no fato de não se adaptarem às características particulares dos diferentes contextos de aplicação e de serem pouco permeáveis às contribuições corretoras e enriquecedoras da experiência pedagógica dos professores... E currículos abertos, garantem o respeito aos diferentes contextos de aplicação e envolvem, criativamente, o professor no desenvolvimento de sua atividade profissional. Tornam-se evidentes, pois, as vantagens para os alunos com necessidades educacionais especiais, já que estas se traduzem, obrigatoriamente, em necessidade de adequações específicas; ou seja, os pressupostos particulares são mais facilmente passíveis de serem abordados a partir de um currículo com estas características. (p.300)

Fonseca (1995) acrescenta ainda que “qualquer currículo terá de respeitar o nível de aptidão individual de cada educando, ou melhor, terá de se adequar ao seu perfil intra-individual, pois dessa forma os objetivos a atingir de uma base concreta e não abstrata ou arbitrária.” (p.61)

Poderíamos dizer que um currículo aberto pode ser mais conveniente à diversificação do ensino, visto que, a pessoa portadora de necessidades educacionais especiais, dependendo da deficiência ou dificuldade apresentada, requer meios e técnicas diferenciadas para responderem “adequadamente” as situações do meio.

Outro fator importante é a família, pois é a primeira instância de comunicação e aprendizado, é nesta que se forma a personalidade e é o ponto fundamental de referência para a criança. A escola deve ampliar a socialização e sistematizar os conhecimentos trazidos de casa, por isso que é muito importante a comunicação e a parceria entre família e escola. Mas, infelizmente há pouca participação destes, por não saberem da importância ou como nos relatam, “a participação da família na escola é rara, visto que os pais pensam que a escola por si só resolverá todos os problemas de seus filhos. A família tem a concepção de que o professor pode fazer tudo” (sic), esta atitude contrapõe-se às afirmativas de vários autores que dizem que a participação dos pais no processo educacional é primordial para favorecer o desenvolvimento de seus filhos. Devemos levar em conta o outro lado, pois segundo Aiello existe muitas queixas por parte dos pais que vão desde os problemas com os horários e a falta de transporte, até os de comunicação entre escola e pais pelo uso de uma linguagem técnica e sentimentos de inferioridade. Através do Círculo de Pais e Mestres (CPM), os pais participam das decisões e atividades da escola, mas é uma parcela mínima, visto também vivermos uma situação em que pais trabalham fora todo dia, não assistindo mais o desenvolvimento de seu filho e delegando à escola a responsabilidade de educá-los, inclusive impondo-lhes os limites necessários.

Desta forma nem a família e nem a escola assume a responsabilidade do bem-estar e do aprendizado das crianças, não tendo consciência de seus papéis e de como direcionar o trabalho para favorecer a criação de uma corrente de intercâmbios.

As escolas para sanar as dificuldades de aprendizagem dão “atendimento individualizado, colocam os alunos em outra turma paralela e encaminham à psicóloga” (sic). Este é o discurso, mas na realidade e através das observações o atendimento individualizado não acontece, pois

a distância entre aluno e professor é muito grande, restringindo-se apenas ao encaminhamento para avaliação e para as classes Especiais. Reportando-se a uma concepção clínica/reabilitadora onde a relação passa basicamente pela simplificação da problemática na causa e efeito. Deste modo, nada pode ser feito em sala de aula, é necessário que “alguém”, especializado resolva esta situação. Até porque, a Classe Especial (de acordo com as Diretrizes) é uma forma de atendimento de caráter transitório, a alunos que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e demandam ajudas e apoios intensos e contínuos. Nesse tipo de classe, o professor da educação especial utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos, conforme série/ciclo/etapa da educação básica, para que o aluno tenha acesso ao currículo de base nacional comum.

Portanto a escola reconhece que para que eles consigam atender alunos com necessidades educacionais especiais “a comunidade escolar deve aceitar e estar convencida da importância da inclusão” (sic), este é um ponto de referência pois se a atitude de inclusão for positiva por parte de todos os envolvidos com a escola, pensando que este processo é bilateral, todos se beneficiam, quando a convivência entre os diferentes for proporcionada, ela realmente acontecerá, ainda acrescentam que “necessita-se de projetos que definam quais as necessidades educacionais especiais serão contempladas e quais as exigências para adaptar-se a tais necessidades” (sic), isso é relevante devido às ações que deverão ser realizadas para se fazer um trabalho bom e significativo, além de precisarem adaptar o espaço físico e dispor de mais recursos.

Os professores muito comentam e discutem a proposta de incluir pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas, mas demonstram não entender e compreender a proposta, a opinião quanto a isto ainda difere, por ser uma questão bastante complexa, a maioria acha que a inclusão é algo positivo desde que:

- “tenha condições disponíveis na escola, materiais, professores capacitados, exige dos profissionais” (sic). A escola precisa sim, dispor

do que foi citado, mas não somente porque se pensa na inclusão dos portadores de necessidades educativas especiais, mas toda a educação exige dos profissionais, porque a demanda de alunos é diversificada, com diferentes saberes e anseios.

- “analisar com cuidado cada aluno em suas especificidades” (sic). É positivo quando pensamos que a comunidade escolar deva levar em conta a realidade de cada aluno, sua cultura e não ver as suas particularidades no sentido de perceber como e porque fracassa e com isto não significa diminuir a qualidade do ensino.

- “jogá-las no ensino regular não é a melhor alternativa” (sic). A questão aqui é sensibilizar-se, é proporcionar a elas o direito à educação de que elas dispõem, mas não se trata de expandir o número de matrículas na escola, sem enfrentar e resolver a seletividade de nosso sistema educacional, garantindo a todos os alunos a apropriação e a construção do conhecimento.

- “para a criança é muito bom, para o professor se torna muito difícil” (sic). Todos ganham com a inclusão, a criança aprende a gostar da diversidade, adquire experiência direta com a variedade das capacidades, demonstra crescentes responsabilidades e melhor aprendizagem através do trabalho em grupo e fica mais bem preparada para a vida em uma sociedade diversificada e os professores deverão modificar a metodologia, a organização da sala de aula, melhorando a qualidade do seu ensino, bem como, proporcionar melhoria nas habilidades profissionais, pois ele se envolverá com outros educadores e conduzirão a educação num trabalho em equipe.

- “rever o processo de avaliação” (sic), é um grande passo a se tomar, pois a avaliação do rendimento escolar pode ser considerada como um instrumento de poder nas relações professor/aluno, nas quais, prevalece o autoritarismo do primeiro e a sujeição (ou rebeldia) do segundo. Luckesi nos ensina que em nossas escolas, o que fazemos é a aferição da aprendizagem, tendo como objetivo principal classificar alunos em aprovados, reprovados ou como “suspeitos” de algum distúrbio de aprendizagem ou de conduta.(in Carvalho (2000), p.145).Carvalho ainda,sugere utilizar “avaliações psicopedagógicas não tão centradas em

instrumentos formais e padronizados, quanto em observação e análise das características de aprendizagem desses alunos, identificando as barreiras que interferem, prejudicando-lhes a aprendizagem” (p.154)

- “tempo e remuneração” (sic). Isso implica a valorização do magistério, pois a qualidade do ensino ministrado na escola e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar em todas as instâncias da sociedade está relacionado à formação, condições de trabalho e remuneração dos educadores.

- “apoio por parte do poder público” (sic). Este deve ter a consciência da importância da educação e favorecer, propiciar investimentos para que a escola possa desenvolver um trabalho de qualidade, ainda os educadores devem demonstrar a estes os benefícios que são alcançados tendo uma escola inclusiva.

- “A minha opinião é de que não dá para se fazer um bom trabalho devido as necessidades especiais que terão que ser dedicados a estes alunos não se obtendo um resultado satisfatório” (sic). É grande a resistência referente à inclusão, até pelo desconhecimento que se tem deste processo.

- “Não é válido, pois necessitam de atendimento especial e também diferenciado” (sic). Precisa-se modificar a maneira de organizar a sala de aula, mas não a ponto do aluno sentir-se excluído do processo.

- “preparação dos demais alunos, para evitar discriminação”. Levar ao conhecimento da turma a deficiência ou a necessidade educacional especial que um aluno tenha e torná-los colaboradores do aprendizado de todos, levando em conta que as crianças são desprovidas de preconceito, sendo a escola que muitas vezes exclui, inserindo na consciência dos alunos o preconceito.

- “os portadores de alguma necessidade merecem um espaço especial, em que possam conviver entre eles e trabalhar de acordo...” (sic).

- “ser trabalhados separadamente” (sic).

- “Uma disciplina que podemos trabalhar a inclusão seria a Educação Física” (sic).

- “É difícil trabalhar todos os alunos juntos” (sic). Realmente é mais

trabalhoso ter e fazer uma escola inclusiva, pelas mudanças que devem ser feitas, mas é possível, e uma das barreiras mais significativas que impede que isso se realize são as barreiras atitudinais que consiste na maneira de pensar a inclusão dos alunos PNEE, pois uma atitude positiva facilita a educação destes, levando em conta que as atitudes podem modificar-se com as experiências que vão sendo vivenciadas.

É importante o comentário da professora da classe especial quando diz que “os alunos PNEE devem ser inclusos nas classes regulares para ter, socialização com outras crianças, para ter contato maior e não se sentirem rejeitados, com isso despertará mais o raciocínio e o tornará mais amigável e calmo, pois terá um círculo de amizade diferente” (sic). A amizade é muito importante no processo de inserção e da aprendizagem, pois não teríamos motivos para aprender se não tivéssemos com quem fazer trocas, como diz Strully e Strully “a amizade, antes de tudo, é mágica, é mistério, e milagre”. (in Stainback e Stainback, p. 169). Desenvolver amizades é algo necessário para nós, e na sala de aula o professor pode e deve ser o facilitador para que ocorra esta amizade, a proximidade física é um dos pré-requisitos para isto, precisa-se criar também uma consciência de amizade e respeito pela diversidade, lembrando-se de que as amizades não podem ser forçadas.

Outra questão que verificamos é a falta de entendimento do que seja ter necessidades educacionais especiais, muitas vezes remetendo aquela velha idéia do menos, do deficiente, dos limites, citando e relacionando com aquele aluno que:

- “necessita acompanhamento diferenciado” (sic)
- “precisam de formas e cuidados diferenciados para que ocorra a aprendizagem” (sic).
- “Aprendizagem mais lenta” (sic).
- “A criança apresenta dificuldades físicas, motoras e intelectuais” (sic).
- “É necessitar de um atendimento anormal, não comum, especial” (sic).

Precisamos esclarecer que um aluno com necessidades educativas especiais apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade, mas nem por isso necessitam serem segregados e ou separados. Como afirmam Coll, Palácios e Marchesi (1995)

O sistema educacional pode munir-se dos meios que permitam dar uma resposta diante das necessidades educacionais específicas dos alunos ou, pelo contrário, não proporcionar nenhum instrumento válido que ajude a solucionar estes problemas. É evidente que as diferenças serão notáveis em um ou outro caso...(p.12).

As experiências com crianças com necessidades educativas especiais são as mais variadas e da mesma magnitude a forma de perceber a convivência destas com toda a comunidade escolar. Eis aí algumas declarações.

- “Não foi agradável...observa-se por parte da criança uma certa desmotivação ou rejeição de sua pessoa, por não ser igual aos que tem facilidade de aprender” (sic).

- “É uma convivência constrangedora, pois a criança se sente reprimida, inferior” (sic).

A maioria destes alunos chegam com a auto-estima baixa, é nesse ponto que cresce a responsabilidade dos educadores em proporcionar situações que estes alunos voltem a acreditar nas suas potencialidades e capacidades, mas para isto primeiro o professor deve crer e ter uma expectativa positiva.

- “Foi excelente. Ela tem problema auditivo e alfabetizá-la foi muito esgotante, mas gratificante... Tive que ler muito sobre como se comunicar com pessoas com este problema...” (sic). O que percebemos neste discurso foi que a professora não mediu esforços, acreditou nas potencialidades de sua aluna e foi buscar através de leituras como melhorar e fazer este trabalho, por isso podemos dizer que é necessário informação, conhecimento e não somente formação especializada, pois não adianta

sermos, técnicos formados, especialistas se não conseguirmos sobrepor este conhecimento aos nossos preconceitos.

- “...muito positivo, pois ali na socialização é que os PNEE crescem, desenvolvem atitudes da sociedade como seres dela...cabe ao professor coordenar todo este processo de integração/inclusão/socialização.” (sic).

Muitos já estão se dando conta da importância da inclusão e da socialização, pois é na troca com o outro que todo ser irá se desenvolver, Vayer e Roncin (1989) complementam que

É a presença do outro, daquele com quem nos sentimos confiantes, que permite à criança reconhecer-se; e ela não pode reconhecer-se a não ser que o parceiro aceite sua pessoa e acessoriamente suas propostas; a comunicação, logo a troca, é uma necessidade fundamental do ser. Trocas que se situam em todos os níveis do ser: sentimentos, ações, palavras, objetos...e pressupõem o entrosamento dos interlocutores frente a frente, portanto, o reconhecimento recíproco; e quanto mais diferente for o outro, com mais facilidade será reconhecido. É o paradoxo da comunicação, pois só pode haver trocas na complementaridade das pessoas, logo, na diferença (p.23).

- “Logo que comecei a trabalhar com esse aluno, não percebi, pois é uma criança esperta e cheia de atitudes...comentei com as outras professoras e realmente ele era “especial”. Observei que com as outras crianças querem trabalhar em sala de aula, mas muitas vezes o aluno “especial” dificulta o trabalho desenvolvido em aula. É um aluno bastante inquieto, não aceitando as atividades propostas pelos professores.” (sic)

Podemos analisar dois pontos, o primeiro se refere à rotulação desses alunos como “especiais”, como se não tivessem capacidades e habilidades a serem desenvolvidas, assim como se o professor não tivesse nada para fazer porque ele é um “especial”. Mantoan (2003) afirma:

“Percebi e reluto em admitir, as medidas excludentes adotadas pela escola ao reagir às diferenças. De fato,

essas medidas existem, persistem, insistem em se manter, apesar de todo o esforço despendido para se demonstrar que as pessoas não são categorizáveis.” (p.8).

No segundo ponto, questionamos a forma de ensinar, que na maioria das vezes é sem significado, e não é para a turma toda, deve-se partir do fato que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todos podem aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio. Já fizemos este apontamento, mas voltamos a fazê-lo é de que o professor deve nutrir uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista de buscar meios, alternativas para ajudá-los a vencer os obstáculos, aqui no caso os escolares.

Refletindo sobre o planejamento, este em muitos casos não contemplam a diversidade nem o tempo de aprendizagem de cada um pelas expressões

- “...nosso tempo é determinado pelo conteúdo programático...” (sic)

Com tanta diversidade na sala de aula, os educadores não podem ficar presos ao currículo, precisam ter uma visão crítica do que está sendo exigido de cada aluno, os objetivos educacionais básicos para todos podem continuar sendo os mesmos, mas os objetivos específicos de aprendizagem curricular devem ser individualizados para serem adequadas às necessidades, às habilidades, aos interesses e às competências singulares de cada aluno.

- “Não trabalho com classe especial” (sic). As salas de aula regulares acolhem diversos alunos com sua própria história, saberes e aspirações, o professor não deve ficar alheio a isto, pois este deve partir da realidade e depois avançar, assim se dará a aprendizagem, se isto não acontecer o ensino se restringirá a poucos e não será significativo, como afirma uma outra professora “procuro trazer assuntos diversos, trabalho a realidade de cada um... de um modo que torne o ensino atraente” (sic).

Veremos a seguir uma contradição entre o pensar sobre a aprendizagem.

- “A aprendizagem se dá muito mais em nível coletivo” (sic).
- “Dando a ele oportunidades diferenciadas, onde ele, apresentará e explicará seu trabalho” (sic).

Os destaques foram feitos para chamar a atenção, “ele” se refere ao aluno PNEE, este discurso deixa explícito que não houve a inclusão, pois o isolamento deste aluno proporcionado pela professora é claro, não tem idéia da aprendizagem cooperativa. Maneira mais adequada de trabalhar com grupo heterogêneo. O professor deve organizar grupos de aprendizagem, de forma que cada um deles seja um microcosmo, ou seja, que em cada grupo haja alunos com níveis diferentes de rendimento, sexo, raças ou grupos sociais diferentes, e alunos com necessidades especiais inclusos na aula, pois como diz Coll, Palácios e Marchesi (1995) o motor que move todos os métodos cooperativos é o mesmo:

Grupos heterogêneos de alunos unidos com o objetivo de alcançar uma meta comum, e, para se atingir esta meta, o êxito dos companheiros é tão importante como o próprio êxito. É na maneira de se colocar em funcionamento esta estratégia geral que os métodos diferem entre si, e, também, o que faz com que alguns sejam mais eficientes do que outros ou mais apropriados para uns ou outros objetivos. É esta situação que força os alunos a interagir entre si, propiciando os processos cognitivos e de relacionamento. (p.47).

Referente à avaliação, os educadores devem utilizar diferentes métodos para avaliar, assim levarão em conta as necessidades educacionais especiais dos seus alunos, em muitas escolas ainda avalia-se exclusivamente o aluno, a ênfase repousa mais nos produtos que nos processos seguidos, portanto a avaliação deve ser entendida de uma forma mais ampla, além de avaliar o aluno, o contexto educacional da aula também deve ser avaliado, como diz Coll, Palácios e Marchesi (1995)

é importante conceber a avaliação como processo. A avaliação é o outro lado da moeda do próprio processo de ensino aprendizagem. Antes de programar a ação educacional a ser utilizada em aula, é necessário partir

de uma avaliação inicial das características dos alunos, para ajustar, desde o princípio, a mesma às necessidades e possibilidades dos indivíduos, evitando, assim, chegar a resultados não desejados (p.314)

A participação de cursos de aperfeiçoamento tem sido constante, sempre com abordagens que não dizem respeito a alunos com necessidades educativas especiais, portanto estes devem buscar e exigir dos órgãos públicos responsáveis, formação para se trabalhar com esta gama de diversidade hoje existente e também para que aumente a qualidade do ensino.

A maioria afirma que na escola existem debates sobre assuntos do cotidiano, porém existem professores que acham que “não tem o que debater” (sic), Mantoan acha necessário “se formarem grupos de estudos nas escolas, para a discussão e a compreensão dos problemas educacionais, à luz do conhecimento científico e interdisciplinarmente, se possível”.(p.84)

Quanto às estruturas das escolas não estão adequadas e afirmam que para atender crianças com necessidades educacionais especiais seria necessário:

- “Um ambiente que favoreça o ir e vir de cada cidadão” (sic), a maioria dos espaços não são pensados e construídos levando em consideração o direito de ir e vir de todos, segundo Carvalho (1997) “esses e outros obstáculos têm representado sérios entraves para o acesso, ingresso e permanência de pessoas portadoras de deficiências nas escolas,... em consequência, criando barreiras para sua aprendizagem e para sua participação”.(p.60)

- “...turmas mais homogêneas” (sic). A única homogeneidade que deve existir nas turmas é quanto à idade (faixa etária), sendo que no conhecimento isto não existe, pois cada educando tem sua própria história.

- “colocaria como nº1, um profissional altamente competente e conhecedor do assunto e isso nossa escola tem” (sic). A inclusão não parte de apenas um profissional, mas no engajamento de todos, deve haver trocas entre os professores do ensino regular com a professora da classe especial que é o caso desta escola que se fez referência.

- “profissionais de apoio” (sic), É necessário que se houver o apoio de outros profissionais como fonoaudiólogo, psicólogo, professor da classe especial, estes devem participar da programação da aula, de forma que as necessidades destes alunos sejam realmente consideradas.

- “material pedagógico” (sic). Os professores poderão adaptar materiais de uso comum conforme as necessidades educativas especiais de seus alunos, porém a aquisição de material específico e equipamentos é de competência dos órgãos públicos.

Desta maneira como diz Fonseca (1995) “a escola terá de adaptar-se a todas as crianças, ou melhor, à variedade humana. Como instituição social, não poderá continuar a agir no sentido inverso, rejeitando, escorraçando ou segregando “aqueles que não aprendem como os outros”, sob pena de negar a si própria” (p.202).

Sabemos que toda a comunidade escolar deve estar envolvida para que ocorra a inclusão, desde os gestores até os funcionários, portanto questionando estes últimos, a idéia de inclusão varia, uns acham que estes precisam de um “atendimento diferenciado em escolas especiais” (sic), aqui está explícito que não se tem conhecimento do processo de inclusão no ensino regular e de suas vantagens para todos os envolvidos.

- “Sim, devem estar. Desde que a deficiência dos mesmos não prejudique o andamento das aulas e nem tire a atenção dos demais alunos” (sic). Ter alunos PNEE numa sala de aula não irá prejudicar nada, vem sim contribuir para as mudanças necessárias que se necessita no espaço escolar para um ensino de qualidade e para TODOS.

- “Não, porque talvez não compreenderiam o que se passa em sua volta (excepcionais)” (sic).

Faremos dois apontamentos, primeiro que estes alunos compreendam o que se passa a sua volta, sentem onde são bem vindos e aceitos pelos demais, e segundo é o termo excepcional que historicamente foi utilizado, de um lado para indicar a própria concepção que se tem sobre deficiência, e de outro, colaborar ou prejudicar na transposição das barreiras atitudinais, mas agora utiliza-se necessidades educativas especiais com a intenção de atenuar a aceção negativa da terminologia adotada para distinguir os indivíduos em suas singularidades.

Quanto ao relacionamento com crianças com necessidades especiais afirmam que se relacionam

- “Normalmente, como se estivesse me relacionando com um aluno qualquer” (sic).
- “Todos os alunos tem os mesmos direitos e também deveres, mas deve haver uma certa compreensão com certos limites” (sic).
- “Tratar como pessoas normais” (sic).

Estas crianças devem ser vistas como seres com capacidades e potencialidades e não com pena, pois eles existem, sentem, pensam e criam como outros.

Os funcionários ainda participam do planejamento da escola, um ponto bastante importante para se dar continuidade ao trabalho desenvolvido dentro da sala de aula pelo professor, transparecendo coerência nos discursos e atitudes de todos. Infelizmente não se tem curso de formação para os funcionários, pois geralmente estes não se dão conta que também desenvolvem um papel muito importante dentro da escola.

Mantoan (2003), afirma que “incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras” (p.53).

Os benefícios de uma educação que inclui a todos são múltiplos para todos os envolvidos, percebemos com isto que para os alunos a presença de crianças com deficiência nas turmas regulares vai melhorar o relacionamento dos próprios alunos, professores e sociedade e com isto vai beneficiar a todos os demais, pois irão provocar em seus professores mudanças metodológicas, organizativas da sala de aula, de modo a criar um ambiente de aprendizagem mais rico para todos, isso sem contar que terão acesso a uma gama bem ampla de papéis sociais; perdem o medo e o preconceito em relação ao diferente, desenvolvem a cooperação e a tolerância; adquirem grande senso de responsabilidade e são mais bem preparados para a vida adulta, porque desde cedo assimilam que as

pessoas, as famílias e os espaços sociais não são homogêneos e que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano.

As crianças com necessidades educacionais especiais também beneficiam-se, aprendem a gostar da diversidade, adquirem experiência direta com a variedade das capacidades humanas, demonstram crescentes responsabilidades e melhor aprendizagem através do trabalho em grupo, com colegas da mesma faixa etária e ficam mais bem preparados para a vida em uma sociedade diversificada. Podemos dizer ainda que a inclusão pressupõe a humanização do futuro cidadão e uma sociedade menos segregadora.

Para os professores percebemos que terão oportunidade de se envolver com outros educadores; conduzirão a educação num trabalho em equipe, o que vai proporcionar melhora nas habilidades profissionais, pois será nesse envolvimento que levará todo educador a questionar-se, procurar a mudança, ter consciência do seu papel e ter esperança na transformação da sociedade.

E para a sociedade: Esta está transformando-se em sociedade informacional e multicultural, e a inclusão é um dos princípios básicos onde deverão se basear, pois a partir do momento que as escolas estiverem abertas para incluir alunos com necessidades educativas especiais, poderemos afirmar que estamos realmente vivendo um outro modelo de sociedade. Stainback e Stainback (1999, p.27) em relação a isto afirmam que a igualdade será respeitada e promovida como valor na sociedade, com os resultados visíveis da paz social e da cooperação.

Freire (1996) ainda confirma que: “como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo.” (p.110)

Então se queremos uma sociedade melhor, justa e igualitária, devemos reavaliar a maneira como operamos a educação nas escolas.

Apesar de tantos benefícios, nos deparamos com muitas barreiras para que realmente a educação inclusiva se realize, pois é mais trabalhoso ter e fazer esta escola, pelas mudanças que devem ser feitas.

Uma das mais significativas e já mencionadas anteriormente, são as barreiras atitudinais, que consistem na maneira de pensar a inclusão dos alunos portadores de necessidades educativas especiais e uma atitude

positiva, facilita a educação destes, levando em conta que as atitudes podem modificar-se com as experiências que vão sendo vivenciadas; outras são as barreiras arquitetônicas ambientais, estas infringem o direito de ir e vir, pois os locais no geral não possuem rampas, materiais adaptados com a deficiência, os sanitários não são adequados, etc.

A remoção dessas barreiras para a aprendizagem efetiva de todos os alunos, conforme Carvalho(2000,p.60) pressupõe conhecer as características do aprendiz bem como as características do contexto no qual o processo ensino-aprendizagem ocorre e , principalmente analisar as atitudes dos professores frente ao seu papel que é político e é pedagógico.

O envolvimento da família com a escola é muito importante, pois esta pode ser a primeira a criar condições de estimulação e de aprendizagem, a Declaração de Salamanca (1994) contribui para uma visão do papel da família na escola, afirmando que “pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças” (p.3-4) e que

(...) ao mesmo tempo em que escolas inclusivas provêem um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários(p.5)

Podemos dizer que é preciso criar uma corrente de intercâmbios entre família e escola para favorecer a educação dos educandos com necessidades educativas especiais.

A amizade é um ponto que merece reflexão no âmbito educacional, pois ela é indispensável para a integridade do próprio eu; é uma aliança contra a adversidade e não podemos negar de que todos nós necessitamos ter amigos. As escolas, fazem tão pouco para desenvolver amizades, dão pouca atenção aos valores sociais e educacionais que estas proporcionam, e não entendem que é através delas que nos tornamos membros das nossas

comunidades. A amizade é importante também para o aprendizado, pois não há motivos de alguém aprender algo se não há ninguém com quem possa compartilhar, brincar e lhe fazer companhia, por isso os educadores precisam mediar, oportunizar o desenvolvimento das amizades, lembrando-se que estas não podem ser forçadas, elas precisam florescer de uma forma espontânea.

Stainback e Stainback (1999) reforçam dizendo que

Se nossas escolas e comunidades não puderem receber e abraçar a diversidade e apoiar as amizades entre membros não haverá inserção (...) Finalmente desenvolver amizades significa viver e aprender juntos. Significa intencionalidade, participação na comunidade e inclusão (p.170).

Sendo assim a pedagogia deve tornar-se ativa, dialógica, interativa e romper com as barreiras, integrar saberes e conquistar conhecimentos, pois segundo Paulo Freire, “É que a democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática” (2002, p.43).

A escola enquanto espaço pedagógico e de interação social, deve ser o laboratório que oportuniza o desenvolvimento e a integração dos diferentes saberes, promovendo a formação integral do cidadão. Ela é organizada para favorecer a progressão das aprendizagens dos alunos e cada ação deve ser decidida em função de sua contribuição almejada.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Lígia Assumpção. Pensar a Diferença/Deficiência. Brasília – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. CORDE, 1994.

CARVALHO, Rosita. Removendo Barreiras para a Aprendizagem. Rio de Janeiro:Mediação, 2000.

COLL, César; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento

Psicológico e Educação – Necessidades educativas Especiais e Aprendizagem Escolar. V.3, Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FONSECA, Vítor da. Educação Especial: Programa de Estimulação Precoce. Uma introdução às idéias de Feuerstein. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa, 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MEC/BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação. 1996

MEC/BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 17/2001.

MEIRA, Ana. Contribuições da psicanálise para a educação inclusiva in ESCRITOS da criança. Nº 6, Centro Lydia Coriat. Porto Alegre, 2001.

PALHARES, Marina; MARINE, Simone. Escola Inclusiva. São Paulo:EDUFSCAR,2002.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. Inclusão um Guia para Educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VAYER, Pierre; RONCIN, Charles. Integração da Criança Deficiente na Classe Especial. São Paulo: Manole, 1989.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível. Papirus, 2001, 12 ed.

Recebido em maio de 2004
Aprovado em junho de 2004